

TRABALHO FINAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM  
TERAPIA DE FAMÍLIA E CASAL PELO INSTITUTO DE TERAPIA DE FAMÍLIA DO  
RIO DE JANEIRO

# REDUNDÂNCIA, REFLEXÃO E VIOLÊNCIA.

DEZEMBRO 2005

**Autor:** Alan Bronz

**Orientadora:** Helena Julia Monte

*Dedico este trabalho a Cristina, minha  
companheira, minha mais importante “revisora”.*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora, Helena Julia Monte, que, de uma forma extremamente reflexiva, me auxiliou na conclusão deste trabalho.

A Fernando Acosta, cuja visão pioneira me encantou e proporcionou anos de intenso aprendizado.

Aos fundadores do Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais: Carlos Eduardo Zuma, André Rego, Jorge Bergallo e Helena Julia Monte, que desenharam o contexto que possibilitou o florescimento de um trabalho fundamental.

A equipe do Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos, que em nenhum momento hesitou diante das charadas da esfinge.

Aos meus professores do Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro, cujos ensinamentos transcenderam as fronteiras da clínica, transbordando pelos recantos da vida.

## **ÍNDICE**

APRESENTAÇÃO .....	5
INTRODUÇÃO .....	6
CAPÍTULO I – GÊNESE.....	7
CAPÍTULO II – IMPASSES .....	11
CAPÍTULO III – REDUNDÂNCIA E REFLEXÃO.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
BIBLIOGRAFIA.....	22

## **APRESENTAÇÃO**

Entre o final de 1997 e início de 2004 fiz parte do Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, organização não governamental sediada na cidade do Rio de Janeiro. O Núcleo desenvolveu um trabalho pioneiro no país, cujo objetivo era trabalhar com homens autores de violência contra mulheres buscando interromper o ciclo de violência instaurado entre esses homens e a suas vítimas e engajar homens no processo de prevenção de violência intrafamiliar e de gênero.

Nosso trabalho sempre encontrou certa resistência por parte de algumas pessoas e as perspectivas para projetos voltados para o trabalho com homens autores de violência contra mulheres pioraram após a realização, em 2004, da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Foi o primeiro evento desta natureza no país e sua principal meta era criar um conjunto de diretrizes para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Durante a conferência, foi apresentada uma proposta de transformar o trabalho de prevenção com homens autores de violência contra mulheres na categoria de política pública. No entanto, ela acabou não sendo incluída no conjunto das diretrizes.

Antes de tudo é importante que se diga que compartilho da indignação provocada pelas sucessivas injustiças, muita delas mortais, causadas por homens contra mulheres. Porém, não compartilho com a postura daquelas pessoas que resistem em realizar um trabalho com homens autores de violência contra mulheres, pois não acreditam na possibilidade de conciliação entre essa atividade e uma política de segurança para mulheres.

No entanto, durante minha permanência no Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos não foi possível, devido às intensas atividades geradas pelos nossos projetos, efetuar uma ponderação mais apurada sobre essa questão que justificasse de maneira consistente esta conciliação. Decidi aproveitar a oportunidade nascida da necessidade de apresentar um trabalho final para obter o título de Especialista em Terapia de Família e Casal pelo Instituto de Terapia de Família do Rio de Janeiro para amadurecer algumas idéias e realizar essa ponderação.

Nesta busca procurei utilizar a Perspectiva Sistêmica e seu arcabouço teórico para criar uma interface que possibilite a convivência harmoniosa entre os esforços no sentido de formular uma política de segurança para a mulher, localizada em uma esfera mais ampla de atuação, e de desenvolver uma metodologia de recuperação dos homens autores de violência contra mulheres, localizada em uma esfera mais localizada de atuação. Além disso, penso que este esforço de conciliação poderá contribuir significativamente para o aperfeiçoamento da atuação em ambas as esferas.

## **INTRODUÇÃO**

É importante ressaltar que ao longo do texto sempre me refiro a um tipo específico de violência que é caracterizado por uma situação em que a vítima possui um relacionamento íntimo ou muito próximo com seu agressor.

Obviamente essa não é a única situação em que mulheres são vítimas de violência, mas é a que apresenta os maiores índices. Em 2004 a Anistia Internacional lançou o relatório “It’s in our hands – stop violence against women” (AMNESTY INTERNATIONAL, 2005) que descreve um panorama mundial sobre a violência contra mulher. O sumário desse relatório nos informa que “A Organização Mundial da Saúde reportou que acima de 70% das mulheres mortas foram vítimas de assassinatos realizados por seus parceiros masculinos<sup>1</sup>” (*Id Ibid*: 2).

Este tipo de violência contra mulher tem sido o principal alvo de denúncia dos movimentos feministas por ser a mais freqüente e por que suas conseqüências nefastas permanecem inalteradas como que preservadas por uma intransponível camada de gelo advinda da Era Glacial.

É sabido que todos os dispositivos voltados para a garantia da segurança do cidadão são extremamente morosos quando se trata de proteger as mulheres de seus algozes. Na verdade nossa sociedade nega o elevado grau de periculosidade a que as vítimas encontram-se submetida, pois não interessa a mesma desvelar as tremendas desigualdades vividas pelas mulheres em relação aos homens.

---

<sup>1</sup> Tradução do autor

Não resta a menor dúvida de que a humanidade ainda não pagou sua dívida histórica com as mulheres. No entanto, uma das grandes lições que aprendemos quando trabalhamos com homens autores de violência contra mulheres é que este acerto de contas não deverá ser realizado utilizando noções convencionais de justiça.

No primeiro capítulo desse texto descrevo de forma breve o nascimento do trabalho com homens autores de violência contra mulheres no âmbito do Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania Instituto Noos de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais.

No segundo capítulo compilo os principais impasses com os quais nos deparamos quando trabalhamos com violência de gênero.

No terceiro capítulo extraio de alguns autores, sobretudo de Humberto Maturana, conhecimentos que possam servir de referência para a formulação de um arcabouço conceitual que rompa com os impasses apresentados no capítulo anterior.

Finalmente nas considerações finais articulo algumas lições aprendidas com a experiência vivida no Instituto Noos e o arcabouço conceitual formulado previamente para propor uma solução aos impasses estabelecidos.

## **CAPÍTULO I – GÊNESE**

O Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos dedicou-se a pensar a problemática da violência contra mulher sob um ângulo inteiramente distinto do que usualmente estamos acostumados a ver em nosso país. O Núcleo optou por privilegiar o estudo das masculinidades a partir do olhar de gênero e da perspectiva sistêmica para entender como certos homens contribuem para a instauração de ciclo de violência entre eles e suas, na grande maioria das vezes, parceiras íntimas.

No final de 1997 nós ainda éramos um pequeno contingente de homens que havia sido convidado pelo Instituto Noos para participar de uma pesquisa na qual a instituição participava na qualidade de campo. Tratava-se da pesquisa Homens, Saúde e Vida Cotidiana, coordenada por uma equipe composta de membros da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e do Núcleo de Estudos em

Saúde Coletiva (NESC/UFRJ). O objetivo da pesquisa era colher e sistematizar informações sobre identidade masculina em seus diversos aspectos através da criação de grupos de homens com perfis distintos. Nosso grupo era composto por homens de classe média, com prevalência de psicólogos.

Um dos temas propostos pelo grupo para ser debatido durante a pesquisa foi violência masculina. Este assunto apresentou grande repercussão. Nós todos estávamos muito mobilizados com o reconhecimento de nossa capacidade, enquanto homens, de sermos violentos. Mas, nossa experiência também possibilitou um reencontro com determinados atributos freqüentemente associados ao gênero masculino e que haviam sido, por diversas razões, desvalorizados ou esquecidos por nós. Atributos que poderiam, inclusive, frear a emergência de nossa violência.

Descobrimos, por exemplo, que valores tão importantes para os homens como objetividade, honestidade e franqueza poderiam ser usadas como alicerces de uma conversa aberta e profunda sobre a questão da violência. Também nos demos conta que era importante, para um melhor aproveitamento das discussões, estimular o surgimento da atmosfera de gozação mútua que em geral acontece em grupos de homens. O estabelecimento deste tipo de atmosfera ajuda no fortalecimento dos laços entre os seus membros e, conseqüentemente, melhora a escuta de cada participante para com o colega.

Quando terminou a pesquisa o grupo decidiu continuar se encontrando para aprofundar conhecimentos sobre a questão da violência masculina e gênero. Após algum tempo nos dedicando ao estudo deste tema surgiu o desejo de trabalhar com homens autores de violência contra mulheres.

Desejávamos proporcionar a estas pessoas a mesma experiência que tivemos durante a pesquisa, ou seja, gostaríamos que estes homens pudessem compreender que eles, enquanto homens, eram capazes de agenciar facetas passíveis de dominar o que havia de pior neles. Foi por este motivo que, inicialmente, pensávamos em utilizar com o nosso público alvo a mesma metodologia que foi utilizada conosco quando participamos da pesquisa Homens, Saúde e Vida Cotidiana, os Grupos de Reflexão sobre Gênero.

Nossa proposta chamou a atenção de duas pessoas que foram de extrema importância para o início de nosso trabalho, o Sociólogo Luiz Eduardo Soares e a Antropóloga Bárbara Musumesci Soares. Na época Luiz Eduardo Soares tornou-se Subsecretário da Subsecretaria de Cidadania e Pesquisa da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro e sua função era implantar o programa de segurança pública da primeira administração de Garotinho como governador. Bárbara fazia parte da equipe de Luiz Eduardo e era responsável pela implantação do programa de segurança da mulher no Estado. Ambos viram nosso trabalho como uma importante ferramenta para suas respectivas missões. Luiz Eduardo Soares desejava que realizássemos Grupos de Reflexão sobre Gênero com policiais militares na esperança de reduzir o intenso grau de truculência que esses homens impingiam a sua atividade. O objetivo era melhorar a qualidade do serviço oferecido pelos policiais à população e reduzir o estresse a qual estes homens estavam submetidos. Bárbara, por sua vez, pensava nos grupos como um dos alicerces para uma política de segurança da mulher.

O primeiro grupo com homens autores de violência contra mulheres foi realizado na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Rio de Janeiro (CEDIM). Na época este órgão era presidido pela Dra. Ligia Doutel de Andrade, que prontamente ofereceu todos os recursos que estavam a sua disposição para subsidiar nossa atividade. Alguns outros grupos foram realizados no mesmo local e os participantes foram encaminhados pelo Centro Integrado de Atendimento as Mulheres (CIAM), divisão do CEDIM que fornece atendimento as mulheres vítimas de violência.

Também nesta época nasceu à idéia de criar o Centro de Atenção e Referência para Homens, o CEARH, cujo objetivo principal era desenvolver políticas e programas para homens autores de violência contra mulheres. No entanto, por problemas que estavam além de nossa capacidade de resolução, o projeto não seguiu adiante.

Nossa carreira no Governo do Estado cessou com a saída de Luiz Eduardo Soares e toda sua equipe da Subsecretaria de Cidadania e Pesquisa da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No entanto,

nosso vínculo com Bárbara permaneceu e proporcionou uma série de desdobramentos.

Um destes desdobramentos foi o a criação do Projeto de Aplicação de Penas e Medidas Alternativas aos Homens Autores de Violência Intrafamiliar e de Gênero. Seu objetivo era verificar se os grupos de reflexão poderiam servir, junto com uma pena mais branda e que não implicasse no cerceamento de liberdade dos réus, como um dispositivo da justiça para lidar com o número cada vez maior de homens acusados de exercerem violência contra mulheres. Este foi a primeira vez no país em que se utilizou o recurso de penas e medidas alternativas. Neste projeto contamos com a parceria do Instituto Promundo e o Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM) e com o apoio do Ministério da Justiça.

O Ministério da Justiça nos apoiou em uma série de outros projetos, mas foi a Fundação MacArthur que patrocinou nosso mais ambicioso empreendimento, o projeto “Prevenção de Violência Intrafamiliar e de Gênero em Parceria com Homens”. Esse projeto teve a duração de três anos (de 2001 até 2003) e suas metas incluíam a realização de outras atividades com homens além dos Grupos de Reflexão sobre Gênero. Foi no âmbito deste projeto que aplicamos a pesquisa Homens, Violência de Gênero e Saúde Sexual e Reprodutiva: Um Estudo sobre Homens no Rio de Janeiro / Brasil, uma das primeiras deste tipo no país. Foi com recursos do projeto que trouxemos a Campanha do Laço Branco para o Brasil, iniciativa que nasceu no Canadá e tem como principal objetivo engajar os homens no processo de prevenção de violência intrafamiliar e de gênero. Foi com o apoio do projeto que montamos a RESMAV, Rede de Estudos em Masculinidades e Violência, composta por organizações governamentais e não governamentais com interesse em debater o tema. Também foi possível publicar a nossa metodologia de Grupos de Reflexão sobre Gênero, que vinha sendo adaptada às especificidades do trabalho com homens autores de violência contra mulheres desde os primeiros grupos realizados no CEDIM.

O Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos encerrou suas atividades no início de 2004 tendo atendido a aproximadamente 300 homens de forma direta. Ao longo destes quase oito anos de existência trabalhou intensamente para

transformar o trabalho com homens autores de violência contra mulheres e outros homens numa realidade palpável em nosso país.

De fato o Núcleo colaborou imensamente para colocar o trabalho com homens na agenda do país, mas seu legado é composto também das lições apreendidas durante suas atividades.

Atualmente o Instituto Noos continua realizando grupos com homens autores de violência contra mulheres.

## **CAPÍTULO II – IMPASSES**

Com o decorrer do tempo percebemos que nossos desafios não se restringiam ao manejo com os homens que participavam de nossas atividades. Muito mais difícil era lidar com o estigma sobre um trabalho que tinha como principal objetivo recuperar homens autores de violência contra mulher.

Para a sociedade homens são violentos por natureza, portanto qualquer tentativa de mudar este axioma está fadado ao fracasso. No entanto, quando passamos por um longo processo de reflexão sobre identidade de gênero, como aconteceu com nosso grupo, percebemos que isto não é verdade.

No início do Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos fomos buscar informações que pudessem subsidiar teoricamente nossas atividades. Pareceu-nos bastante natural iniciar esta busca pelos estudos na área de gênero, porém nossas pesquisas não foram muito promissoras.

O nascimento da área de gênero e todo o campo de investigação que se seguiu estão intimamente ligados com a eclosão do movimento feminista. Sensíveis às reivindicações deste movimento, alguns estudiosos realizaram pesquisas e desenvolveram pensamentos que fundamentaram as prerrogativas deste movimento. Este fato forneceu ao movimento feminista uma consistência importante e foi um dos motivos de seu sucesso.

Não resta a menor dúvida que as conquistas do movimento feminista sejam de todos nós e encontram-se expressas nas mudanças que conseguiram realizar e pelas importantes reflexões que trouxeram para nossa sociedade.

Por um outro lado, a gênese dos estudos de gênero pode explicar a dificuldade de se utilizar todo o potencial do arcabouço teórico desta área do conhecimento para se construir um consistente saber sobre as masculinidades e violência. Uma boa parte das pesquisas e estudos da área estão voltados para a mulher e a maior parte das inferências sobre o papel dos homens procura compreendê-los sempre a partir do lugar que ocupa dentro do contexto da cultura patriarcal, onde na maioria das vezes são abusivos em seu poder. Isto traz alguma luz ao tema, mas há muito mais a ser descrito sobre masculinidades e violência.

A explicação sobre a gênese da violência contra as mulheres que é mais usualmente aceita por feministas, estudiosos das masculinidades e até terapeutas de família, parece aumentar ainda mais o abismo que separa os estudos de gênero de uma compreensão mais abrangente sobre as masculinidades e violência. Esta descrição localiza a gênese deste tipo de violência na forma como homens e mulheres adquirem sua identidade de gênero. Méndez (1995) descreve esta explicação da seguinte maneira:

Garotos e Garotas iniciam seu projeto de desenvolvimento como pessoas mediante uma definição de si mesmas em um contexto de relação com uma mulher psicologicamente definida de acordo com o seu gênero [...] O desenvolvimento da garotinha, então, é sobre a base da igualdade com a mãe e a aquisição da identidade do garotinho se baseia na diferença [...] nos momentos que em que as mulheres buscam a igualdade, o homem se sente intensamente ameaçado em sua masculinidade, recorrendo à violência física para mostrar a diferença<sup>2</sup>. (p. 25 e 26)

Goldner, Penn, Sheinberg e Walker (1990), a respeito deste processo, tecem o seguinte comentário:

Este tabu contra a similaridade, e o terror do colapso das diferenças de gênero opera silenciosamente e de maneira poderosa na relação entre homem e mulher. A estrutura

---

<sup>2</sup> Tradução do autor.

patriarcal de poder e privilégio na sociedade põem o homem em uma posição humilhante quando as divisões de gênero tornam-se indistintas [...]³. (p. 348)

É bem possível extrair desse comentário à conclusão de que todos os homens, mesmo de forma não consciente, estarão sempre prontos a se comportar como agentes da manutenção dos status *quo* patriarcal.

Adotar uma compreensão dicotômica em que vemos sempre de um lado um homem pronto a defender com unhas e dentes seu poder na sociedade e do outro a mulher vendo-se obrigada a submeter-se a este afã masculino pode envolver as mulheres em dois tremendos paradoxos.

Para Cobb (1997), a cultura da violência é fundamentada pela construção social da vítima, que deve seguir algumas regras.

Em primeiro lugar, a vítima não possui o direito de reagir, pois se assim o fizer deixará de ser caracterizada desta maneira. O mesmo critério que a define como vítima a impede de efetuar uma mudança de posição e recuperar-se.

Em segundo lugar, o agressor deve sempre ser encarado pela vítima como louco e/ou mau. Não existe a menor possibilidade da vítima encara-lo como um ser humano. Em outras palavras, a caracterização do agressor por parte da vítima está calcada numa sistemática desumanização do mesmo, ou seja, o mesmo processo que alicerça uma cultura de violência.

Portanto, as explicações de gênero para a questão da violência do homem contra mulher não só não consegue abstrair toda a complexidade da problemática, como ainda parecem colocar a mulher em uma posição bastante delicada e contraditória.

### **CAPÍTULO III – REDUNDÂNCIA E REFLEXÃO**

No Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos partíamos da premissa de que é impossível compreender toda complexidade da problemática da violência contra mulher se pensarmos nos homens somente como indivíduos abusivos em seu poder e violentos.

---

<sup>3</sup> Tradução do autor.

Além disso, quem trabalha com pessoas em situação de violência sabe que as mulheres muitas vezes atuam de diversas maneiras para manter um padrão violento de relacionamento.

Quanto a isto Méndez (1995) nos diz o seguinte:

[...] Foi colocado em primeiro plano à necessidade de castigar o abuso da força física que desemboca em atos violentos do homem contra a mulher. A arma é usada a partir da desigualdade. No entanto, o que acontece com o resto das armas desta guerra? No domínio da violência psicológica podemos ver a mulher como desigual, vulnerável, inferior? Somos nós as mulheres incapazes de ser violentas? Podemos simplesmente não nos responsabilizar por nossos atos de violência psicológica? [...] me atrevera em dizer que, com não pouca freqüência e talvez como compensação a desigualdade física, a mulher tende a ser mais precisa em seus golpes de violência psicológica<sup>4</sup>. (p. 28)

Portanto, era necessário buscar uma abordagem de gênero que não fornecesse, para utilizar as palavras de Saffioti, no artigo Posfácio: Conceituando o Gênero, um “caráter substantivo” (p. 275) ao gênero, ou seja, uma abordagem preocupada em estabelecer categorias estanques de gênero. Para substituir esta concepção buscamos uma abordagem que compreenda estas categorias como sendo resultado da interação entre todos os membros da sociedade.

Esta abordagem, de cunho relacional, era fundamental para, em primeiro lugar, trabalharmos com os homens a partir de uma concepção de gênero que não os estigmatizasse. Isto era um importante fator para o processo de interrupção do ciclo da violência.

Em segundo lugar, permitiu que incorporássemos ao trabalho a visão sistêmica que adotamos em nossa prática clínica de psicoterapeutas, que é uma abordagem relacional por excelência.

A visão sistêmica é composta por um conjunto de pressupostos derivados de uma nova maneira de encarar a forma como nós conhecemos e, conseqüentemente, nos relacionamos com o mundo.

---

<sup>4</sup> Tradução do autor.

Esta nova forma começou a ser delineada a partir das descobertas realizadas pela física no início do século XX. Com o advento do Aparelho de Raios-X, os cientistas puderam desnudar o funcionamento do átomo e, com isso, investigar a natureza da composição da matéria de uma forma mais precisa. Os fenômenos que puderam ser observados não podiam ser descritos pelas ferramentas conceituais existentes na época, como a física mecânica ou a física termodinâmica. Por este motivo foi preciso criar um novo arcabouço teórico para que o conjunto inexplicável de acontecimentos pudesse adquirir algum significado. Einstein, por exemplo, foi uma figura muito importante neste contexto. Suas interpretações para alguns destes misteriosos fenômenos forneceu uma boa parte da argamassa teórica necessária para sedimentar à nova física que estava surgindo.

Os cientistas perceberam, por exemplo, que não havia a menor possibilidade de identificar a localização de um elétron, mas somente estabelecer uma determinada área em que esta partícula poderia flutuar em relação a demais partículas de mesma natureza. Esta constatação não só rompia com a tradição na física em estabelecer valores muito precisos para a interpretação dos fenômenos, como também minava a tendência dos cientistas em estudar o fenômeno de forma isolada. Era preciso realizar uma investigação a partir de um todo no qual o fenômeno se encontrava inserido.

A força destas descobertas obrigou os cientistas a assumirem uma postura radicalmente diferente diante das coisas do mundo. A natureza não poderia mais ser “torturada” para contar seus segredos, como queria Bacon. Ela só poderia ser descrita em toda a sua plenitude se estivesse livre para atuar e revelar o emaranhado de contingências que a compõem.

Para acompanhar tamanha complexidade alguns conceitos foram destituídos de importância e outros foram elevados a informação de primeira grandeza. O primeiro grande conceito a ser destronado foi o de causalidade linear, logo substituído pelo de causalidade circular. O primeiro pode ser utilizado para descrever fenômenos a partir de uma lógica onde para cada reação sempre existe uma ação correspondente. Na causalidade circular este tipo de lógica é inviável, pois os diversos elementos presentes num determinado fenômeno interagem e se

modificam mutuamente, sendo impossível estabelecer uma seqüência de ação e reação.

O advento do conceito de feedback também foi fundamental para consolidar esta nova forma de compreender o mundo. A idéia subjacente a este conceito é a de que qualquer fenômeno possui uma coerência interna mantida por mecanismos de comunicação gerados pelo próprio fenômeno.

Ambos os conceitos, o de causalidade circular e de feedback, além de outros que foram sendo desenvolvidos no decorrer do século XX e XXI, formam um repertório de idéias que compõem a visão sistêmica. As implicações desta visão para o mundo foram e continuam sendo grandemente benéficas. Mas, as conseqüências mais importantes encontram-se no terreno da ética, pois esta visão nos obriga a adotar uma concepção menos parcial do ser humano e da natureza.

Por esta ótica é impossível compreendermos a problemática da violência contra mulher sob uma lógica exclusivamente dicotômica de agressor e vítima, causa e efeito. Como sustenta Safiotti, no artigo Posfácio: Conceituando o Gênero, o foco recai não sobre o homem enquanto o inimigo da mulher, mas sim sobre a concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero.

Sob esta perspectiva os esforços para promover uma maior equidade entre homens e mulheres não poderiam estar calcadas somente na estratégia do baixar a bola de um e levantar a do outro. Em outras palavras, concentrar os esforços no sentido de promover a retaliação de determinados comportamentos de uns e a melhora da auto-estima de outros. Estes esforços também precisariam prever uma reflexão sobre a maneira como cada um dos personagens de nossa sociedade, homens ou mulheres, contribuem para a manutenção deste padrão relacional.

Quando escrevo reflexão estou me referindo ao termo conforme descreve Maturana (1995):

A reflexão é uma operação na linguagem que trata da própria circunstância como um objeto que se olha e se pondera, e sobre o qual se pode atuar. Para que a reflexão se dê, no entanto, se requer uma operação no emocional que libera o apego

à própria circunstância e abre a possibilidade do olhar reflexivo. A reflexão é o ato máximo de liberdade e, de certo modo, o don máximo do viver humano<sup>5</sup>. (p. 85 e 86)

Em outras palavras, para se operar na reflexão é preciso mais do que simplesmente pensar sobre os significados que atribuímos às coisas. Este pensar não deverá gerar o vácuo necessário para que novas maneiras de encarar o mundo sejam absorvidas por nós. Cada ser humano movimenta-se pelo mundo através da interseção entre uma rede de significados construída coletivamente e suas próprias emoções. Tanto a rede de significados, quanto as emoções associadas a elas devem ser avaliadas.

Quando a reflexão não se processa desta maneira estamos condenados a repetir toda sorte de padrões de relacionamentos, inclusive aqueles que condenamos. Isto é o que Maturana (*id ibid*) chama de redundância.

Portanto, para promover uma maior equidade entre os gêneros é necessário que homens e mulheres reflitam, no sentido proposto por Maturana (*id ibid*).

No Instituto Noos os Grupos Reflexivos de Gênero eram compostos por aproximadamente 12 homens e era coordenado por dois membros do Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos. O grupo durava, aproximadamente, cinco meses e esses encontros aconteciam uma vez por semana. Cada encontro possuía um tema diferente e o repertório de temas era selecionado pelos próprios membros do grupo. Para cada tema a equipe do Núcleo elaborava uma dinâmica que deveria ajudar os membros do grupo a conversar sobre aquele determinado assunto.

Uma das dinâmicas que utilizávamos, na maioria dos grupos, consistia em solicitar aos homens que descrevessem três situações distintas. Na primeira, era necessário que o homem tivesse sido testemunha de violência, na segunda que tivesse sido autor de violência e, na última, que tivesse sido vítima de violência. Foi curioso notar que a maioria dos homens descrevia a situação em que foram autores de violência como reação à situação em que foram vítimas. A bem dizer, esses homens

---

<sup>5</sup> Tradução do autor.

pareciam que só podiam admitir a autoria de uma agressão com forma de se defender de uma agressão efetuada por um outro.

Em geral, era muito difícil para estes homens admitir que colaboravam para manter um padrão de comportamento violento na relação que estabeleciam com as mulheres. Era bem mais produtivo para o grupo quando, ao invés de conversarmos diretamente sobre a violência daqueles homens, procurávamos avaliar os efeitos gerados pela situação que os trouxe até o grupo. Eles realmente tinham o interesse de manter uma relação violenta com suas companheiras? Qual era a consequência dos conflitos com as companheiras para os filhos? Como andava a relação com a família extensa? Etc.

Só quando começávamos a incluir uma análise sobre o impacto da situação de conflito na rede pessoal dos homens é que as mudanças começavam para valer. Era a partir deste ponto que os homens começavam a deixar suas trincheiras para começar a encarar o “oponente” e a si mesmo com outro olhar. Em outras palavras, eles deixavam de operar na redundância para operar na reflexão.

Ao realizar um balanço de tudo que fizemos no Instituto Noos, concluo que acumulamos mais acertos do que erros. Porém, cabe aqui realizar uma *mea culpa*.

Uma das principais atividades que fazem parte da metodologia que desenvolvemos chama-se Compromisso de Convivência e Não-Violência Ativa. Esta atividade era realizada logo nos primeiros encontros do grupo e consistia em estabelecer, em conjunto, uma série de normas que deveriam orientar o funcionamento do grupo. Algumas normas possuíam um caráter operacional e outras eram de natureza ética. Esta atividade proporcionava aos homens um exemplo paradigmático de que é possível e proveitoso estabelecer regras explícitas e consensuais de relacionamento. Frequentemente, alguns dos homens estendiam as normas estabelecidas no grupo a outros contextos de sua vida.

A única norma pré-estabelecida, que não dependia da sugestão dos membros do grupo, era o compromisso com a violência não-ativa. Esta norma determinava que os membros do grupo deveriam evitar cometer qualquer tipo de violência contra outras pessoas durante a realização dos grupos.

Hoje em dia não avalio com bons olhos a inserção desta cláusula no contrato.

Em primeiro lugar ela buscava gerar uma atitude nos homens que precisava ser conquistada com o trabalho que se iniciava e não imposta de maneira artificial. Do contrário os homens não precisariam se submeter a um longo e muitas vezes penoso processo vivido nos grupos de reflexão. Além disso, o fato dos homens estarem sob os cuidados do grupo já demonstrava ser um bom contexto de contenção para a violência.

Em segundo lugar encontra-se, a meu ver, o mais grave corolário da imposição desta cláusula. Anteriormente, descrevi que num primeiro momento estes homens dificilmente aceitavam qualquer designação de violentos. Mas, era exatamente isto que nós estávamos fazendo quando incluíamos “pela janela” a cláusula do compromisso de violência não-ativa. Nas entrelinhas estávamos admitindo que estes homens poderiam ser violentos, o que desrespeita a visão que eles têm de si próprios. Neste ponto a equipe do Núcleo acabou caminhando pela seara da redundância.

O trabalho com homens, pela própria natureza que o constitui, caracteriza-se como um dispositivo que apresenta resultados lentos. O que fazer com os milhares de mulheres que, neste exato instante, estão sendo vítimas, algumas delas fatais, da violência de seus companheiros?

Uma das respostas possíveis é o que uma parte do movimento feminista brasileiro tem pregado: encarceramento dos homens que representarem uma ameaça às suas companheiras.

No entanto esta não é a única possibilidade de punição existente. A justiça brasileira prevê a aplicação de alguns outros tipos de penalidades como as penas pecuniárias, que obrigam os indivíduos a pagarem uma multa, e as penas alternativas, que determinam que os indivíduos devam prestar serviços a instituições comunitárias.

Homens que causam agressões caracterizadas como de menor poder ofensivo, ou seja, que não provocam lesões graves ou que não incapacitam as mulheres, podem receber estes dois últimos tipos de penas.

Alegam as feministas que são partidárias do encarceramento, que as agressões de menor poder ofensivo podem esconder uma situação mais grave do que inicialmente pode aparentar e que a justiça é incapaz de avaliar o nível de periculosidade da relação. Portanto, a única alternativa é aplicar penas do tipo privativas de liberdade, pois só assim as vítimas estarão protegidas.

No entanto, é uma ilusão acreditar que a prisão resolverá a questão.

É claro que existe uma classe de pessoas cuja periculosidade justifica o encarceramento, mas se tratando de violência contra mulher esta não é a realidade da maioria dos homens envolvidos neste tipo de situação. O encarceramento dos mesmos os obrigará a conviver com a dura realidade dos presídios brasileiros que dificilmente proporcionará uma experiência transformadora. Pelo contrário. É provável que ao sair da prisão<sup>6</sup> estes homens apresentem um *modus operandi* sexista igual ou pior com a primeira mulher com a qual se relacionarão.

Esta afirmação repousa sobre a definição e implicações advindas do conceito de Domínio de Existência, também cunhado por Humberto Maturana.

G. Kunstmann (1995) a respeito deste conceito, nos diz que:

Quando interagimos com outros, estamos sempre fazendo a partir de uma definição de nós mesmos frente ao outro, a partir de um âmbito particular de nossas vidas. Por exemplo, me defino em meu âmbito existencial de amizade frente ao outro, que me distingue como amiga [...] Estas definições a partir das quais somos distinguidos por outros, são os domínios de existência. (p. 44)

Quando estas feministas prescrevem única e exclusivamente a pena de privação de liberdade elas estão nivelando os homens pelo que eles podem apresentar de pior. Portanto, é a partir desta expectativa que estes homens vão construir seus domínios de existência e de onde deverão interagir com a sociedade.

Além disto, este nivelamento pode incluir uma tremenda desqualificação destes homens e, portanto, a mesma qualidade de sentimento que os homens mantêm para

---

<sup>6</sup> A justiça brasileira prevê, para estes casos, um encarceramento de no máximo dois anos de duração.

garantir as diferenças entre eles e as mulheres numa sociedade machista. Ocultadas sob a capa da legalidade, estas feministas poderiam estar incorrendo no mesmo erro que os usuais detentores de poder na cultura patriarcal. Estariam elas também operando na redundância?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A alternância realizada no capítulo anterior entre operações realizadas na reflexão e operações realizadas na redundância só faz sentido como um jogo dialético que revela nossa susceptibilidade ao exercício da violência. Nada de extraordinário se levarmos em conta que estamos inseridos numa sociedade que já nasceu violenta, onde podemos observar um nível crescente de violência acompanhada de uma intensa campanha de banalização da mesma.

O grande desafio para quem deseja trabalhar com prevenção de violência, seja qual for o nível desta prevenção, é o de evitar reproduzir padrões violentos no contexto onde se pretende interrompê-los.

Para o sucesso desta empreitada é necessário, antes de tudo, voltar nosso olhar para dentro de nós mesmos em busca dos pilares emocionais e conceituais que movem nossas ações.

De nada adianta tentarmos mudar a atitude dos homens autores de violência contra mulheres se considerarmos que homens são irredutivelmente violentos. Além disto, estabelecer que o funcionamento de relacionamentos onde ocorra violência é baseado exclusivamente na lógica da vítima e agressor é o mesmo que tentar compreender funcionamento do átomo através da física mecânica.

De uma vez por todas é preciso dirimir a idéia de que contenção é sinônimo de isolamento. Uma pena alternativa em que o homem autor de violência contra mulher todo dia se vê obrigado a ler em voz alta alguns livros para cegos pode ser mil vezes mais produtivo para este homem e para sociedade do que submetê-lo a uma acachapante privação de liberdade nas prisões brasileiras.

Para os homens imbuídos do espírito do patriarcado, impunidade é sinônimo de não ser ver e de não ver o outro. No entanto, a reflexão e a denuncia desvelam as

injustiças causadas pelo desequilíbrio de poder entre gêneros e coloca a estrutura deste poder em questão.

Acredito que o trabalho realizado pelo Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto Noos possa ser visto como uma forma de antídoto anti-reducionista que foi colocado a disposição da sociedade, que de uma forma geral se mostrou bastante receptiva as nossas propostas.

Gostaríamos que determinadas pessoas nos vissem como aliados do movimento feminista e suas aspirações. Na verdade, nossas reflexões nasceram a partir de um campo de conhecimento pleiteado pelas feministas e nossa forma de trabalhar é baseada nas metodologias desenvolvidas por este mesmo grupo.

Se proceder a idéia de que temos algo a contribuir então é necessário, dentre outras coisas, incluir no desenho de políticas de segurança, saúde e assim por diante o trabalho com homens. Já não faz sentido estabelecer estratégias que se limite a proteger a mulher de seu agressor. Isto seria unilateral e contraproducente a esta altura da argumentação.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACOSTA, Fernando, ANDRADE FILHO, Antônio. BRONZ, Alan. *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero – metodologia*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

AMNESTY INTERNATIONAL. *It's in our hands – stop violence against women*. Amnesty International Publications, 2005.

CICERONE, Paola Emilia. Os cinco sexos do cérebro. In: *Viver Mente e Cérebro*, ano XIII, n. 146, março de 2005. pág 52 – 55.

COBB, Sara. Dolor y paradoja: la fuerza centrífuga de las narraciones de mujeres víctimas em um refugio para mujeres golpeadas. In: PAKMAN, M. (comp.). *Construcciones de la experiencia humana*. V. 2. Barcelona: Gedisa, 1997.

CODDOU P., Fernando. La violencia em la ideologia. In: MATURANA, H. et al. *Violência; em sus distintos âmbitos de expresión*. Santiago do Chile: Dólmén, 1995. pág. 69-88.

ELGER, Cristian E. e outros. O manifesto. In: *Viver Mente e Cérebro*, Ano XIII, n. 144, janeiro 2005. pág. 72 – 79.

- GOLDNER, Virginia, PENN, Peggy, SHEINBERG, Márcia, WALKER, Gillian. Love and violence: gender paradoxes in volatile attachments. In: *Family Process*, 29(4): 343 – 363. December 1990.
- GOLDNER, Virgínia. Dejando em el pasado nuestro debate polarizado acerca de la violencia doméstica. Haciendo lugar para el ambos/y. In: *Sistemas Familiares*, ano 9, n. 2, agosto 1993. pág. 25 – 90.
- HANSER, Hartwig. Diferentes desde o nascimento. In: *Viver Mente e Cérebro*, ano XIII, n. 146, março de 2005. pág 32 – 39.
- HAUSMANN, Markus. Questão de simetria. In: *Viver Mente e Cérebro*, ano XIII, n. 146, março de 2005. pág 40 – 45.
- KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: *Isis Internacional, ediciones de las mujeres*, n. 24. 1997. pág. 49 – 61.
- KRAFT, Ulrich. Velhos clichês Nova realidade. In: *Viver Mente e Cérebro*, ano XIII, n. 146, março de 2005. pág 30 – 31.
- . O poder do feminino. In: *Viver Mente e Cérebro*, ano XIII, n. 146, março de 2005. pág 46 – 51.
- KUNSTMANN G., Gloria. Violência y suicídio. In: MATURANA, H. et al. *Violência; em sus distintos âmbitos de expresión*. Santiago do Chile: Dólmén, 1995. pág. 69-88.
- LOKETEK, Adolfo, RAVAZZOLA, Maria Cristina. La violencia y los vínculos. In: *Sistemas Familiares*, noviembre, 1997. pág. 91-106.
- MATURANA, Humberto. Biología y violencia. In: MATURANA, H. et al. *Violência; em sus distintos âmbitos de expresión*. Santiago do Chile: Dólmén, 1995. pág. 69-88.
- MÉNDEZ, Carmen Luz. Violência em la pareja. In: MATURANA, H. et al. *Violência; em sus distintos âmbitos de expresión*. Santiago do Chile: Dólmén, 1995. pág. 23-38.
- MONTENEGRO A., Hernán. Violencia y médios de comunicación. In: MATURANA, H. et al. *Violência; em sus distintos âmbitos de expresión*. Santiago do Chile: Dólmén, 1995. pág. 9-21.
- PAKMAN, Marcelo. Terapia familiar em contextos de pobreza, violência, dissonância ética. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 4, out. 1993. pág. 8-19.
- PENN, Peggy. Violência y identidad sexual. In: *Intercâmbios clínicos*. pág.75-78.

OLSON, Mary E. “conversación” y “texto”: dos lenguajes para uma perspectiva de la terapia que sea sensible al género. Tradução de José María Lebrón. In: PAKMAN, Marcelo. *Construcciones de la experiencia Humana*. Vol II. Cap. 7. pág. 195-243.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Prostituição e gênero. pág 13 – 20.

----- . Posfácio: conceituando o gênero. Pág. 271-283.

TEICHER, Martin H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. In: *Scientific América Brasil*, Ano I, n. 1, junho de 2002. pág. 83 – 89.

ZUMA, Carlos Eduardo. A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. In: *Nova Perspectiva Sistêmica*, ano XIII, n. 23, fevereiro 2004. pág. 50 – 55.